

A floresta tem seu valor

Categories : [Reportagens](#)

A preservação da floresta amazônica, e de outras florestas tropicais, depende do mercado ou da melhoria dos padrões de governança? Das duas coisas, de acordo com um relatório divulgado na última terça-feira, dia 24, pelo Banco Mundial.

O relatório – [“Expansão da Agricultura, Redução da Pobreza e Meio Ambiente nas Florestas Tropicais”](#) – é um volume substancial que procura discutir uma série de questões da maior relevância na proteção das matas tropicais. O economista Kenneth Chomitz questiona as generalizações que são freqüentemente repetidas na discussão pública sobre o tema.

A primeira delas é a relação entre pobreza e desmatamento. É comum ouvir que a devastação causa pobreza ou vice-versa. Chomitz argumenta que as duas afirmações são no máximo parcialmente verdadeiras, e que são bases fracas para a elaboração de políticas econômicas. Ele mostra que não são apenas os pobres agricultores de subsistência que desmatam. Na Amazônia brasileira, por exemplo, em torno de 80% do desmatamento ocorre, segundo o relatório, em propriedades de 20 hectares ou mais.

Para Chomitz, a distância e a ausência de direitos de propriedade explicam a maior parte da pobreza das populações que vivem nas florestas. Como as terras melhores e mais acessíveis têm histórias longas de ocupação, as florestas e seus habitantes são relegados para áreas geograficamente remotas. Em muitos casos, a ausência de direitos de propriedade permite que as matas sejam degradadas pela exploração descontrolada dos seus recursos.

Os motores

A análise econômica permite identificar os principais motores do desmatamento. Baixos salários, bons solos, clima favorável e bons preços para produtos agrícolas estimulam a conversão de florestas em áreas plantadas. Segundo o relatório, no caso da Amazônia brasileira os principais incentivos são a pluviosidade e o preço da carne bovina. Ou seja, a combinação de um período de seca na região com bons preços para a carne pode ter um impacto devastador.

Se a destruição das florestas tropicais é indesejável –e Chomitz cita o terrível impacto sobre o clima do planeta (através da emissão de CO2 ou de outros mecanismos) e sobre a biodiversidade, assim como a perda de [serviços do ecossistema](#) –, é preciso combatê-la.

Entre as medidas sugeridas pelo relatório para reduzir a pobreza sem degradar o meio ambiente, a novidade está no uso que Chomitz propõe para o mecanismo de créditos de carbono. Ele acredita que as finanças do carbono permitirão que as pessoas e instituições preocupadas com a mudança climática e com a perda de biodiversidade façam algo de concreto para combater esses

problemas. O exemplo que ele cita é latino-americano: a conversão de floresta em pasto para a pecuária extensiva gera em torno de 500 toneladas de CO₂ por hectare. Com base em valores do mercado europeu, evitar essa emissão valeria entre US\$1.500 e \$10.000 por hectare, enquanto que o pasto vale de \$200 a \$500 por hectare. Ou seja, a terra pode valer muito mais com a floresta de pé do que como pasto.

O desafio é fazer com que esse valor potencial se torne realidade. Para isso é preciso que haja um compromisso global contra a mudança climática; que se crie um sistema de incentivos financeiros para os países em desenvolvimento reduzirem suas emissões; que se desenvolva em cada país a infra-estrutura nacional para carbono da floresta, e que se estimule o aproveitamento das terras já degradadas, diz o documento.

Repercussão

Para especialistas ouvidos por **O Eco**, a defesa do uso dos créditos de carbono como mecanismo para evitar o desmatamento das florestas tropicais surpreende. E o *timing* é particularmente interessante. A próxima conferência das Nações Unidas sobre mudança climática (COP12 – COP/MOP2) acontece de 6 a 17 de novembro em Nairóbi, Quênia, e a proposta brasileira de criação de um mecanismo de redução compensada promete ser um dos tópicos mais quentes de discussão.

Para Paulo Moutinho, coordenador do programa de mudança climática do [IPAM \(Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia\)](#), o reconhecimento pelo Banco Mundial do valor da proposta é extremamente bem-vindo. Ainda há muito o que discutir, mas a abordagem é promissora. Para Moutinho, é importante que o mecanismo seja sustentável no longo prazo. Para isso é necessário haver fontes seguras de financiamento. Um mecanismo voluntário, como vem sendo discutido, talvez não seja suficiente para garantir essa sustentabilidade.

O [engenheiro florestal Miguel Milano](#), com 30 anos de experiência na luta pela conservação, também acolhe de braços abertos o relatório, que ajuda a desmontar o paradigma burro que vê no desmatamento sinônimo de desenvolvimento econômico. Para ele os recursos serão úteis, pois há muito o que fazer para romper o ciclo de colonização – desmatamento – destruição. Milano acredita que o caminho é manter a floresta nas mãos do estado, responsável pelo ordenamento fundiário e a repressão ao desmatamento. A tarefa não é tão difícil uma vez que já existem meios técnicos para fazer esse controle em tempo real, e o desmatamento não ocorre na Amazônia toda, e sim ao longo de uma fronteira que pode ser contida. Principalmente com a ajuda de governos estaduais, que enxergariam renda e emprego crescentes na gestão do patrimônio florestal.

Roberto Waack, da AMATA e do Conselho do FSC (Forest Stewardship Council) acha que o relatório está no caminho certo ao indicar a compensação por desmatamento evitado como uma fonte importante de receita para projetos de manejo sustentável de florestas. Mas alerta para a necessidade de se avaliar com cuidado as projeções de preços no mercado de carbono, pois

acredita que a oferta derivada de projetos de desmatamento evitado pode deprimi-los. E levanta ainda a questão da titularidade dos créditos de carbono, que está ligada à posse da terra. Esse assunto ainda é, no Brasil, fonte de enormes incertezas, e precisa urgentemente de uma reorganização institucional. Waack vê hoje uma série de órgãos – Incra, Ibama, institutos estaduais – com objetivos e procedimentos diferentes, enfraquecendo as ações do Estado. Essa instabilidade pode frear o desenvolvimento desses mercados no Brasil.

O economista Carlos Eduardo Young também aplaude o relatório, mas acredita que as medidas de combate ao desmatamento devem ir além daquilo que os economistas chamam de “comando e controle”, ou seja, da esfera jurídico-policial. Para ele é essencial que se encontrem também soluções sustentáveis para as populações que vivem na região da Amazônia. As medidas convencionais adotadas até aqui – principalmente a criação de unidades de conservação e de reservas extrativistas – têm sido ineficazes. É preciso criar alternativas de renda para a população pobre que a agricultura moderna expulsa do campo e que, na ausência de empregos urbanos e de uma reforma agrária nas regiões já ocupadas, acaba sendo expulsa para o “espaço vazio” da floresta amazônica. É essa “fronteira social”, segundo Young, que abre caminho para o avanço da fronteira agrícola.

Os diagnósticos são diferentes, mas em um ponto todos concordam: é preciso avançar rapidamente da discussão para a ação. Os números do desmatamento podem flutuar de ano para ano ao sabor de variáveis climáticas e econômicas, mas a pressão sobre a floresta é enorme e tende a crescer com o aumento da população do Brasil e com o crescimento da economia mundial. O relatório do Banco Mundial é uma contribuição valiosa a um debate que deve esquentar nos próximos meses.